



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2021 - MULTI
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021 - MULTI**

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, Estado de SC torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para "REGISTRO DE PREÇO" Pretendendo a contratação do objeto definido neste instrumento convocatório, a ser processado e julgado pela Pregoeira nomeada pela Portaria nº 227/2021 de 30 de agosto de 2021 e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 004/2021 de 05 de janeiro de 2021, conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga o Município de Bela Vista do Toldo a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência (quantidade de estimada).

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III - Modelo Para Credenciamento

Anexo IV- Declaração Unificada

Anexo V - Declaração Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo VI - Declaração de enquadramento ME/EPP

1. DAS DATAS, LOCAL, HORÁRIOS E ANEXOS.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Até: às 08h30min do dia 19 de Novembro de 2021, no protocolo geral desta prefeitura.

INÍCIO DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS:

A partir das 08h30min do dia 19/11/2021.

LOCAL

Setor de licitações da prefeitura, sito a Rua Estanislau Schumann, 839 – Centro – Bela Vista do Toldo - SC.

As empresas que não protocolarem seus envelopes no prazo máximo estabelecido no item “1” não poderão participar da sessão, recebendo seus envelopes de volta lacrados, se for o caso.

Acesso às informações referentes aos julgamentos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.pmbvt.sc.gov.br;

2. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

2.1. REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS DOS LUBRIFICANTES

a) Quanto aos lubrificantes, há uma vasta lista de sugestões de marcas/produtos mencionados em cada item. De forma alguma é obrigatório cotar os itens das marcas mencionadas. Porém, **solicita-se aos licitantes máxima atenção quanto às exigências de atendimento de normas de organizações internacionais, como API, ILSAC, ACEA, NLGI, ABNT etc, e APROVAÇÕES de Montadoras**. O não atendimento aos requisitos técnicos implica em desclassificação da proposta

b) Deverá ser informada **OBRIGATORIAMENTE** na proposta de preços, a **MARCA, MODELO, e FABRICANTE** dos itens ofertados. A marca informada na proposta deverá ser a mesma a ser entregue pela empresa durante a execução do contrato.

c) Nenhum item constante do presente Edital poderá ser remanufaturado, recondicionado, reciclado, “compatível” ou de segunda mão.

d) Todos os itens deste Edital deverão ser novos, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- e) A empresa vencedora assumirá inteira responsabilidade com a entrega do material, objeto deste Edital, nos prazos requisitados pelo Município no valor do lance final registrado em Ata, entregues, sob orientação de pessoa responsável designada pelo Município de Bela Vista do Toldo.
- f) Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, inclusive mão de obra, quando for o caso, correrão por conta da(s) proponente(s) vencedora(s).
- g) Para os itens destinados a veículos leves e médios (Vans e Ambulâncias) a troca será por conta do fornecedor.

3. DA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar da presente licitação, as empresas regularmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital, e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação;
- b) Não poderá participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública Municipal;
- c) A participação na Licitação implica na aceitação incontestada de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.
- d) As empresas que optarem por participar na condição de ME/EPP deverão comprovar, no seu credenciamento, que se enquadram nesta condição.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

- a) Os preços registrados por força deste processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogados conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

5. DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS.

- a) O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga o Município de Bela Vista do Toldo a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- b) Ao licitante vencedor, fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes concorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios respeitados a legislação relativa às licitações.
- c) A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Bela Vista do Toldo convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

d) Os interessados em participar deste Pregão poderão retirar o edital no site www.pmbvt.sc.gov.br, no link governo/licitações, ou solicitar através do e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

6. A PROPOSTA DE PREÇO

A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.

A proposta apresentada deverá obrigatoriamente conter:

- a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que a pregoeira possa facilmente constatar se as especificações no presente pregão foram ou não atendidas;
- b) o preço unitário por item, expresso em reais;
- c) o prazo de entrega dos materiais deverá ser no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após autorização de fornecimento;
- d) o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão;
- e) Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.
- f) Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s). Sendo que a solicitação de entrega poderá ser na sede do município, bem como nas localidades do interior.
- i) Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado. Nesta hipótese prevista, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

- a) Poderão participar da presente licitação, as empresas regularmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- b) Não poderá participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;
- c) A participação na Licitação implica na aceitação incontestada de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.
- d) As empresas que optarem por participar na condição de ME/EPP deverão comprovar, no seu credenciamento, que se enquadram nesta condição.

8. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES.

Só poderá deliberar em nome do proponente, formulando ofertas e/ou lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, o representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório junto à Prefeitura, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente que possua foto.

Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar o Registro comercial, no caso de empresa individual, Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades empresariais, Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para Microempreendedor Individual, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Deverá ser apresentado o original dos documentos apresentados em cópia, para conferência.
- b) Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, assinado pelo representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial ou do Ato Constitutivo, conforme o caso, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) Tratando-se de credenciado, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial ou do Ato Constitutivo, conforme o caso, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

O representante legal, procurador ou credenciado, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

Os documentos de credenciamento de que trata o item “8” deverão ser entregues a Pregoeira no início da sessão, juntos com a **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação** conforme Anexo V.

Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um licitante.

Para participar na condição de **ME/EPP** e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de credenciamento, os documentos abaixo:

- a) Declaração solicitando tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no Anexo VI deste edital;
- b) Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

A não apresentação dos documentos constantes nos itens a) e b) não acarretará na inabilitação, ou seja, a empresa participará normalmente do certame, porém, mesmo sendo ME/EPP, não serão concedidos os benefícios das Leis 123/2006 e 147/2014.

Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, os documentos que comprovem os poderes do representante legal, a Certidão Simplificada da Junta Comercial e a declaração solicitando tratamento diferenciado (em se tratando de ME/EPP), deverão ser encaminhados em um envelope, juntamente com a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação.

As empresas que não apresentarem documentação hábil para credenciarem os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com o seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.

9. DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

A sessão pública será aberta pela Pregoeira, sendo recebidos das empresas interessadas em participar do pregão:

- a) Documentação referente ao credenciamento conforme item 8;
- b) 01 (um) envelope lacrado, contendo a PROPOSTA FINANCEIRA (ENVELOPE 01);
- c) 01 (um) envelope lacrado, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02);



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Não será aceita, em qualquer hipótese a participação de licitante:

- a) Retardatário, a não ser como ouvinte;
- b) Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de habilitação, poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pela Pregoeira.

Serão aplicadas as penalidades previstas no item 23 deste Edital ao licitante que fizer declaração falsa.

A Pregoeira receberá os credenciamentos, na forma do item "13" deste edital, os quais deverão ser entregues diretamente ao mesmo, mediante solicitação, procedendo, em seguida a abertura dos envelopes contendo as propostas.

Aberto o envelope contendo a proposta, a Pregoeira examinará a sua conformidade, consistindo na conferência, análise e classificação em confronto com o objeto e exigências do Edital.

Em seguida procederá ao julgamento e classificação das propostas nos moldes do item "12" do presente Edital.

Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão.

Todos os atos desenvolvidos na sessão serão reduzidos em ata, que deverá ser assinada por todos os licitantes presentes.

10. DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 01.

As propostas deverão preencher os seguintes requisitos:

Ser impressa, escrita em português, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, devidamente datada e assinada, como também rubricadas em todas as suas folhas;

Consignar, em moeda nacional, o preço unitário e total do item cotado, em algarismo e/ou por extenso;

Em caso de divergência entre os valores unitário e total, será considerado o primeiro e, entre o expresso em algarismo e por extenso, será considerado este último;

A apresentação da proposta implica na aceitação pelo licitante:

I - do prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da mesma.

II - do prazo de pagamento será liberado em até 30 (trinta) dias, após a liquidação da Nota Fiscal, que deverá ser emitida na entrega dos produtos solicitados.

Fazer menção ao Pregão Presencial e conter a razão social do licitante, o CNPJ, número de telefone e de fax e e-mail, se houver, além do respectivo endereço e a indicação do banco e agência e respectivos códigos e número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento (sem que a ausência gere desclassificação);



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;
As propostas deverão ser entregues no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, rubricado, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2021
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE
PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE Nº 01**

11. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.

Não será considerada proposta que contiver qualquer vantagem não prevista neste Edital.

Será considerada primeira classificada a proposta (último lance ofertado) que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o “MENOR PREÇO DO ITEM”.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

Após análise das propostas, serão desclassificadas, com base no art. 59, incisos I, II, III, IV e V da Lei n.º 14.133/2021:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

13. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 02

A documentação deverá ser entregue no local, dia e hora indicado no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, rubricado, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2021
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE
DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE 02**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em cópia autenticada ou cópia simples; neste caso, mediante a apresentação dos originais para conferência pela Pregoeira e sua equipe de apoio.

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;

Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, quanto a Certidão de Regularidade do FGTS, quando a licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, deverá apresentar o documento comprobatório de autorização para centralização;

Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e filial, simultaneamente;

Serão dispensados da apresentação de documentos com o CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

Da abertura do envelope nº 2 – Documentos de Habilitação.

Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, a pregoeira procederá à abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital;

Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando à empresa inabilitada as penalidades previstas;

O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 dias úteis;

Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual (**dispensado se foi apresentado junto com o "CREDENCIAMENTO"**);

b) Requerimento de empresário no caso de empresário individual (**dispensado se foi apresentado junto com o "CREDENCIAMENTO"**);

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”);

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”);

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Devendo ser respeitadas as exigências estabelecidas Parágrafo Único do artigo 16 do Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão.

f) Para Microempreendedor Individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”).

Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Alvara de Localização e Funcionamento

d) Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas Pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese das certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, composta de:

c1) Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

c2) Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;

c3) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal.

e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial (deverá constar obrigatoriamente as palavras falência e concordata) expedida no local da sede do licitante, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.

Obs.: Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de Abril de 2019, a certidão do modelo “falência e concordata e recuperação judicial” deverá ser solicitada também no sistema eproc. Portanto a certidão referida no item 14.5.2 e a certidão obtida através do sistema eproc deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terá validade.

Qualificação Técnica

a) Atestado de capacidade Técnica, firmado por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante já forneceu serviços semelhantes ao objeto, com indicação da qualidade, quantidade, cumprimento de prazos e demais condições contratuais;

Declarações

Declaração Unificada conforme ANEXO IV

Todos os documentos passíveis de vencimento deverão conter seus prazos de validade. Para os documentos passíveis de vencimento, que eventualmente não contenham prazo de validade, será considerado, excepcionalmente, o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua expedição.

As certidões ou informações obtidas por meio eletrônico só terão validade depois de confirmadas pelo Órgão licitante. A empresa que inserir certidões tidas como falsas serão remetidas aos Ministérios Públicos respectivos para as providências legais cabíveis.

Ocorrendo dificuldade de acesso por meio eletrônico, a licitação prosseguirá na fase de habilitação, decidida esta, quando efetivada a comprovação da autenticidade do documento pelo sistema;

Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste Edital, a Pregoeira considerará a Licitante inabilitada.

A Licitante será responsável por todas as informações fornecidas, sujeitando-se às penalidades legais caso essas informações venham a induzir a Pregoeira ou sua Equipe de Apoio a erro de julgamento.

É facultado a Pregoeira solicitar esclarecimentos, efetuar diligências ou adotar quaisquer outras providências tendentes a confirmar a capacidade técnica e/ou administrativa das Licitantes, sendo vedada, entretanto, a inclusão de documento/informação que originariamente deveria constar da proposta/documentação.

Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014.

Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;

A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

14. DA SESSÃO DO PREGÃO

A sessão do pregão será realizada no local, data e horários indicados no preâmbulo deste edital, sendo recomendável a presença dos participantes 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura. Após a abertura da sessão, não serão mais admitidos novos proponentes, e a licitação desenvolver-se-á conforme segue:

- a) Recebimento dos envelopes "Proposta" e "Documentos de Habilitação";
- b) Identificação e credenciamento de um representante por empresa, que deverá apresentar:

- Carteira de identidade;
- Instrumento público de procuração ou instrumento particular (credenciamento), com poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com a Pregoeira e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa representada, acompanhado de cópia autenticada do Estatuto ou do Contrato social ou do Ato Constitutivo, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário. No caso de sócio da empresa, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Os documentos de credenciamento passarão a compor o processo;

Abertura dos envelopes "proposta" e leitura, em voz alta, dos preços cotados;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Análise, desclassificação das propostas que estejam em desacordo com o solicitado no Edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido;

Indicação dos licitantes que participarão da rodada de lances verbais;

Da rodada de lances verbais participará o licitante que ofertar o menor preço e todos os demais cujas propostas econômicas situarem-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço ofertado;

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item acima, participarão da rodada de lances verbais as empresas detentoras das três melhores propostas, quaisquer que tenham sido os preços oferecidos;

A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a Pregoeira considerar necessário;

O licitante, após convocado pela Pregoeira, terá que oferecer seu lance em no máximo 01 (um) minuto;

A PREGOEIRA, A SEU CRITÉRIO, PODERÁ PERMITIR AOS LICITANTES A UTILIZAÇÃO DE TELEFONE CELULAR PARA COMUNICAÇÃO COM TERCEIROS, SOMENTE NA FASE DE LANCES, PARA EVENTUAIS CONSULTAS COM RELAÇÃO AOS VALORES OFERTADOS;

NÃO SERÁ PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DO TELEFONE CELULAR EM OUTRAS FASES DA LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS).

A convocação para a oferta de lances, pela Pregoeira, terá como referencial os valores ofertados, iniciando-se com a empresa detentora da proposta com o maior preço e finalizando com a licitante que ofereceu o menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço. O primeiro lance verbal da sessão deverá cobrir o valor da proposta escrita de menor preço. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o qual definirá a sequência dos lances seguintes;

O licitante que não apresentar seu lance na forma indicada no subitem anterior, quando convocado pela Pregoeira, será excluído da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas; Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.

Dos lances ofertados não caberá retratação.

A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pela Pregoeira, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Pregoeira abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame.

Vistas e rubricas, pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes;

Manifestação dos demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

Adjudicação do objeto ao vencedor;

Fechamento e assinatura da ata da reunião pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelos representantes dos licitantes;

Devolução dos envelopes "documentos de habilitação" dos licitantes remanescentes, que ficarão retidos até a emissão da autorização de fornecimento;

No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda da Pregoeira e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

15. DO PREÇO FINAL

O preço final a ser registrado pela licitante na ata de registro de preços para fornecimento dos produtos deste pregão será o menor lance oferecido pela vencedora na fase de lances, registrado no histórico do pregão (lances/lote), assinado pela Pregoeira e representante da licitante.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições do Decreto n.º 136/2005 de, e será subscrita pelo Sr. Prefeito.

Será registrado o menor preço por item.

A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O pagamento de 30 (trinta) dias, após a liquidação da Nota fiscal, que deverá ser emitida após a execução dos serviços.

Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

Os pagamentos ficarão condicionados, também, à apresentação, pela licitante vencedora, da prova de estar em dia com os encargos de ordem social, trabalhista e previdenciário, relativos ao seu pessoal que prestar os serviços objeto deste certame, nominalmente discriminados, bem como à comprovação do recolhimento das contribuições sociais e obrigações tributárias decorrentes dos serviços prestados exclusivamente à Prefeitura do Município de Bela Vista do Toldo, relativas ao mês imediatamente anterior ao cobrado pela prestação de serviços.

A CONTRANTE pagará a Nota Fiscal/ Fatura somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

A Fiscalização do Município de Bela Vista do Toldo, somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município de Bela Vista do Toldo.

18. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS LICITADOS.

Prazo de entrega: 24 horas.

O objeto deverá ser entregue nos devidos estabelecimentos conforme solicitado na autorização de fornecimento, e ainda o entregador deverá acompanhar a conferência dos itens da nota fiscal, em dias úteis e em horário de expediente: das 08:00h (oito) às 17h00min, correndo por conta da Contratada as despesas de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

19. DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato/Ata, sob pena de decair o direito à contratação, conforme preceitua o artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

Conforme estabelece o parágrafo quinto do art. 90 da Lei nº. 14.133/2021, se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

20. RECUSA DA CONTRATAÇÃO.

Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

- a) A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
- b) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
- c) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) A dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para



análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

21. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, do preço da Ata.

22 – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Será designada como fiscal do Contrato/ata e responsável administrativo pela fiscalização da execução da entrega dos produtos objeto deste Edital o(a) servidor(a) Lucas Kicheleski, nomeado pela Portaria nº 228/2021, o qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando a Autoridade Competente, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

- I - atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos produtos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;
- II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;
- III - verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- IV - comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;
- V - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;
- VI - informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;
- VII - emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

- a) Representar os interesses da empresa perante a Administração;
- b) Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
- c) Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;
- d) Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

23. DAS PENALIDADES E MULTAS.

A Contratada que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Bela Vista do Toldo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Com fundamento nos artigos 155 a 156 da Lei nº 14.133/2021, a empresa vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
 - a.1) A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa vencedora;
 - a.2) A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Administração, a critério da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais severa.
- b) Multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:



- b.1) 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços/entrega dos produtos no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços/produtos poderão, a critério da Administração, não ser mais aceitos, configurando-se inexecução do contrato.
- b.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação ou entrega seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços/entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços/produtos poderão, a critério da Administração, não ser mais aceitos, configurando-se inexecução do contrato.
- b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso da inexecução total do contrato.
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como, impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Administração, para as condutas a seguir discriminadas:
- c.1) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- c.2) não manter sua proposta;
- c.3) abandonar a execução do contrato;
- c.4) incorrer em inexecução contratual.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (três) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do artigo 155, Lei nº 14.133/2021, para as seguintes condutas:
- d.1) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- d.2) apresentar documento falso;
- d.3) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- d.4) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d.5) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- d.6) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- d.7) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;
- d.8) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

Sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à empresa vencedora.

As sanções previstas nos itens a, b e c poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos b.1 e b.2.

Quaisquer das penalidades aplicadas serão comunicadas ao Cadastro de Licitantes do Estado de Santa Catarina, para a devida averbação.

As sanções de natureza pecuniária serão descontadas das faturas emitidas pela licitante vencedora ou, se insuficiente, mediante execução direta, caso seja impossível a compensação com faturas vincendas.

O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do Município de Bela Vista do Toldo.

A multa compensatória prevista na alínea b.3 desta cláusula tem por escopo ressarcir o Município de Bela Vista do Toldo dos prejuízos, não eximindo a empresa vencedora do dever de integral indenização, caso a referida sanção pecuniária seja insuficiente à recomposição total do dano experimentado.

24. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS.

Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

As impugnações também serão aceitas e recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas quando enviadas através do e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br, desde que estejam assinadas devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pela Pregoeira, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo a Pregoeira conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Se não reconsiderar a sua decisão a Pregoeira submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados a Pregoeira e protocolados no Setor Oficial de Protocolos desta Prefeitura.

Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

Os memoriais dos recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados através do e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br, desde que estejam assinadas, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.

Os autos permanecerão desde logo com vistas franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

25. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

- a) Recusar-se a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte;
- b) Falir ou dissolver-se; ou
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo.

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Quaisquer esclarecimentos adicionais e itens deste Edital por ventura duvidosa poderão ser obtidos pelo fone (47) 3629-0106, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada à reunião, destinada ao recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta Financeira”.

Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

A Pregoeira poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão independente da equipe de apoio;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que a Pregoeira porventura julgar necessário.

A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e seu Termo de Referência-Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

É facultado a Pregoeira, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência - Anexo I.

O Prefeito de Bela Vista do Toldo reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê o Art. 71 da Lei nº 14.133/2021

Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião;

Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Fica eleito o foro de Canoinhas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Licitação.

Bela Vista do Toldo (SC), 27 de Outubro de 2021.

ALFREDO CEZAR DREHER
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO.

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

A entrega e controle referente aos objetos da licitação serão de competência e responsabilidade de cada secretaria solicitante, através de seu secretário, a qual caberá verificar a qualidade dos produtos entregues e somente deverá ser aceitas se for devidamente entregues conforme descritivo deste termo.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A funcionalidade e as rotinas administrativas do Município exigem da Administração uma constante preocupação com a correta gestão de todas as aquisições de bens e serviços, mantendo-os em níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais e administrativas.

Assim, o Município de Bela Vista do Toldo, em busca do menor preço que pode ser obtido em função da alta demanda de aquisições de óleos lubrificantes, para ter economia de escala, optou por planejar a aquisição destes itens para toda sua frota, em uma única licitação.

O uso de lubrificantes de qualidade, e o absoluto atendimento às especificações técnicas exigidas pelos fabricantes dos veículos, máquinas e equipamentos, embora mais custosa à Administração no curto prazo, revela-se, a longo prazo, como uma das mais eficientes maneiras de se diminuir o custo com manutenção de frota. Lubrificantes corretos proporcionam aumento de vida útil do equipamento, diminuição do consumo de combustível, diminuição dos tempos de parada para manutenção, e inúmeras outras vantagens, que juntas, garantirão que a máquina esteja disponível à população Belavistense pelo maior tempo possível e pelo menor custo, a longo prazo, para a Administração. Estas vantagens são reconhecidas e amplamente aceitas e recomendadas pelo Mercado.

A este fato, some-se que as observações dos requisitos técnicos dos lubrificantes normalmente ofertados nas licitações públicas, não vêm atendendo aos padrões mínimos exigidos, e que tal fato tem causado enormes prejuízos à Administração, a qual prima pela legalidade da aquisição por meio do certame público.

Para tanto, é necessário observar que há fabricantes com alguns de seus produtos reprovados pelo PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DOS LUBRIFICANTES (PQML) – ANP. Segundo boletim recente, cerca de 20% dos lubrificantes analisados pela ANP apresentam ao menos uma inconformidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

entre as informações declaradas pelos fabricantes no momento do registro na ANP com as características efetivamente apresentadas pelas amostras analisadas. Ou seja, trocando-se em miúdos, alguns fabricantes do mercado declaram que seu produto atende a uma determinada especificação técnica (nível de desempenho API, índice de viscosidade, classificação ILSAC, etc) mas, quando o produto foi efetivamente submetido a um teste de laboratório, o lubrificante não atendeu aos níveis de desempenho declarados em seu rótulo. Portanto, salvo melhor juízo, não há credibilidade em relação a esses produtos. Como dissemos acima, o uso de um lubrificante de qualidade é fundamental para a economia de recursos públicos. Porém, se não é possível se confiar naquilo que é declarado pelos fabricantes, o Município precisaria recorrer a análises químicas complexas, o que acarretaria um enorme dispêndio de recursos públicos, e demora na tramitação do processo.

Assim, no estudo de possíveis soluções, chegou-se à exigência, no edital, de produtos aprovados por montadoras. Esta prática é adotada em diversos órgãos da Administração Pública nas 3 esferas da Federação, inclusive no Exército Brasileiro. Há inúmeras marcas/produtos que atendem aos requisitos técnicos dos itens objeto deste processo, motivo pelo qual é impossível de se alegar direcionamento na licitação.

Importante ressaltar que se o lubrificante é certificado e homologado pelas montadoras, sua qualidade é garantia, tornando desnecessária a realização de testes químicos complementares pelo município. Da mesma forma, a sua não-exigência implicaria em competição desigual, afinal, a obtenção por parte do fabricante do óleo da homologação junto à montadora deve ter implicado àqueles custos adicionais em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

Assim, justificadamente, optou-se pelo uso de normas OEM, do inglês *original equipment manufacturer*, ou Fabricante Original do Equipamento.

Houve exaustivo estudo por parte da Administração Municipal para a escolha destas normas, sempre levando em consideração às especificações técnicas exigidas pelos manuais das máquinas/veículos/equipamentos, no sentido de ampliar ao máximo o número de marcas e produtos capacitados tecnicamente para participarem deste processo licitatório, no entanto, mantendo rigorosos requisitos de qualidade.

TABELA DE ITENS COM QUANTITATIVO E PREÇO MÁXIMO

TIPO DO ÓLEO (DESCRITIVO)	EMBALAGEM	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, MINERAL , VISCOSIDADE SAE 15W40 COM CLASSIFICAÇÃO API CI 4 (BL 20 L)	BL 20 L	126	R\$ 515,00	R\$ 64.890,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, MINERAL , VISCOSIDADE SAE 15W40 COM CLASSIFICAÇÃO API CI 4 (GALÃO 3 L)	GALÃO 3 L	150	R\$ 101,00	R\$ 15.150,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA	1 L	100	R\$ 37,50	R\$ 3.750,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

MOTORES A DIESEL, MINERAL , VISCOSIDADE SAE 15W40 COM CLASSIFICAÇÃO API CI 4 (1 L)				
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, SINTÉTICO , VISCOSIDADE SAE 5W30 COM CLASSIFICAÇÃO API SN (BL 20 L)	BL 20 L	8	R\$ 1.536,50	R\$ 12.292,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, SINTÉTICO , VISCOSIDADE SAE 5W30 COM CLASSIFICAÇÃO API SN (GALÃO 3 L)	GALÃO 3 L	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, SINTÉTICO , VISCOSIDADE SAE 5W30 COM CLASSIFICAÇÃO API SN (1 L)	1 L	50	R\$ 66,50	R\$ 3.325,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES BI-COMBUSTIVEL SINTÉTICO , VISCOSIDADE SAE 5W30 COM CLASSIFICAÇÃO API SN (GALÃO 3 L)	GALÃO 3 L	280	R\$ 109,50	R\$ 30.660,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES BI-COMBUSTIVEL, SINTÉTICO , VISCOSIDADE SAE 5W30 COM CLASSIFICAÇÃO API SN (1 L)	1 L	170	R\$ 43,67	R\$ 7.423,90
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, SINTÉTICO , VISCOSIDADE SAE 10W40 COM CLASSIFICAÇÃO API CI 4 (BL 20 L)	BL 20 L	8	R\$ 1.094,00	R\$ 8.752,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES BI-COMBUSTIVEL, SEMI-SINTETICO, VISCOSIDADE SAE 15W40 COM CLASSIFICAÇÃO API SN	GALÃO 3 L	100	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES BI-COMBUSTIVEL, SEMI-SINTETICO, VISCOSIDADE SAE 15W40 COM CLASSIFICAÇÃO API SN	1 L	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES BI-COMBUSTIVEL, MINERAL , VISCOSIDADE SAE 20W50 COM CLASSIFICAÇÃO API SL	GALÃO 3 L	80	R\$ 135,00	R\$ 10.800,00
ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES BI-COMBUSTIVEL, MINERAL , VISCOSIDADE SAE 20W50 COM CLASSIFICAÇÃO API SL	1 L	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
ARLA 32 (BL 20 L)	BL 20 L	60	R\$ 110,00	R\$ 6.600,00
ÓLEO HIDRAULICO 68 SH (BL 20 L)	BL 20 L	140	R\$ 449,33	R\$ 62.906,20
ÓLEO LUBRIFICANTE, MINERAL , VISCOSIDADE SAE 85W140 COM CLASSIFICAÇÃO API GL 5 (BL 20 L)	BL 20 L	30	R\$ 678,00	R\$ 20.340,00
ÓLEO MULTIFUNCIONAL, VISCOSIDADE SAE10W30 COM CLASSIFICAÇÃO API GL 4 (BL 20 L)	BL 20 L	90	R\$ 720,50	R\$ 64.845,00
ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIFUNCIONAL TDH OIL SPECIAL CLASSIFICAÇÃO API GL 4 (BL 20 L)	BL 20 L	5	R\$ 656,00	R\$ 3.280,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

ÓLEO HIDRÁULICO ATF TA (1 L)	1 L	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
OLEO PARA CORRENTE DE MOTOSSERA (GALÃO 5 L)	GALÃO 5 L	20	R\$ 115,00	R\$ 2.300,00
OLEO 2 TEMPOS PARA MOTOSSERAS E ROCADEIRAS API TC (20MLX1) (FR 500 ML)	FR 500 ML	60	R\$ 29,83	R\$ 1.789,80
FLUIDO DE FREIO DOT 4 9 FR 500 ML)	FR 500 ML	150	R\$ 27,50	R\$ 4.125,00
OLEO DESENGRIPANTE (FR 500ML SPRAY)	FR 500ML SPRAY	100	R\$ 17,33	R\$ 1.733,00
ADITIVO PARA RADIADORES (1L)	1 L	110	R\$ 20,67	R\$ 2.273,70
GRAXA PARA ROLAMENTOS A BASE DE SABÃO DE LÍTIO, COM CONSISTÊNCIA NLGI 2 (BL 20 KG)	BL 20 KG	15	R\$ 822,33	R\$ 12.334,95

RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega e emissão do documento fiscal. No documento fiscal a CNPJ deverá ser igual ao do contrato, com o qual a empresa participou do processo licitatório.

DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A desistência da proposta, lance ou oferta e a não aceitação da Nota de Empenho, ensejarão:

Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de **multa de 10% (dez por cento)** sobre o sobre o valor total da proposta ou lance;

Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de até 05 (cinco) anos;

Estas penalidades não se aplicam aos adjudicatários remanescentes que, convocados nos termos do Edital e não aceitarem em receber a Nota de Empenho.

Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da empresa licitante vencedora, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Multa de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento realizado com atraso até o 10º (décimo) dia corrido, após o que, cumulativamente, aplicar-se-á a multa prevista na alínea 13.2.3 deste subitem;
Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, na hipótese de descumprimento parcial ou total de qualquer de suas cláusulas, podendo, ainda, ser rescindido o contrato na forma da lei;

Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, **suspensão temporária** ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 12 (doze) meses;

Declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave tais como apresentar informação ou documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos.

As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da licitante ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto do Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade dos produtos desta licitação será de competência das secretarias solicitantes, no ato do recebimento do produto e o gerenciamento do Contrato será de competência e responsabilidade da Secretaria de Administração.

PRAZO DE ENTREGA

O objeto ora licitado deverá ser entregue pela empresa vencedora do presente certame, nas dependências da Secretaria da qual solicitou a entrega de acordo com solicitação, neste município, no prazo máximo de 03 (três) dias, após entrega do empenho.

SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a)** 0,33% por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b)** 10% em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c)** de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- d)** 20% calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 05 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a)** não celebrar o contrato;
- b)** deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c)** ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d)** não manter a proposta;
- e)** falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f)** comportar-se de modo inidôneo;
- g)** cometer fraude fiscal;
- h)** por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratadas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Bela Vista do Toldo (SC), 04 de Novembro de 2021.

MARIANE LESSAK MASSANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. xxx/2021
PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:

CNPJ:

I.E. (se houver):

Endereço:

Bairro:

Cidade:

UF:

Telefone: ()

E-mail:

Conta Bancária:

Banco

Ag:

Conta Corrente:

Responsável pela empresa:

CPF:

Cargo do responsável:

À Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Presencial Nº XXX/2021, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal
Cargo/função do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021
EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

A _____ (nome da empresa licitante) , por seu representante legal (doc. Anexo), CNPJ _____ , com sede na Rua _____ , cidade de _____ , credencia como seu representante o Sr. (nome e qualificação) , para participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para a formulação de propostas, e a prática de todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão de única de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2.002.

Data _____

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal
Cargo/função do representante legal



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A Pregoeira e equipe de apoio
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021
EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, consoante com o Art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a), Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, residente na Rua, bairro....., município de cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Presencial n.º N° XXX/2021 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Local e Data

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal
Cargo/função do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021
EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaro, nos termos do inciso VII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica....., inscrita no CNPJ
....., estabelecida à Rua, por mim
legalmente representada, possui integralmente requisitos para habilitação no
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2021, do Município de Bela Vista do Toldo, não
estando impedida de participar de licitações e de contratar com a administração
pública em razões de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

(Local e Data)

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal
Cargo/função do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) declara que, através de seu(s) responsável(is) legal(is) Sr.(s.) , que:

01 - Quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006.

02 – Afirmamos que estamos enquadrados na condição ()ME/()EPP, portanto temos, legalmente, o direito de participar da Licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006.

Local e data.

Assinatura do representante legal
Nome do representante legal
Cargo/função do representante legal